

Sistema desenvolvido pelo ICMC/USP
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas - Instituto Federal Goiano

pP437a peres, Sávvia Kauara Souza Ataídes Peres
Aprendizagem da criança com dislexia:
Possibilidades e Estratégias de intervenção / Sávvia
Kauara Souza Ataídes Peres peres; orientadora
Weslene Freitas Mendonça. -- Iporá, 2023.
20 p.

TCC (Graduação em Pedagogia) -- Instituto Federal
Goiano, Campus Iporá, 2023.

1. Dislexia. 2. aprendizagem. 3. leitura. 4.
diagnóstico. I. Freitas Mendonça, Weslene , orient.
II. Título.

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano a disponibilizar gratuitamente o documento em formato digital no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

IDENTIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Tese (doutorado) | <input type="checkbox"/> Artigo científico |
| <input type="checkbox"/> Dissertação (mestrado) | <input type="checkbox"/> Capítulo de livro |
| <input type="checkbox"/> Monografia (especialização) | <input type="checkbox"/> Livro |
| <input checked="" type="checkbox"/> TCC (graduação) | <input type="checkbox"/> Trabalho apresentado em evento |

Produto técnico e educacional - Tipo:

Nome completo do autor:

Sávia Kauara Souza Ataídes Peres

Matrícula:

2018205221350443

Título do trabalho:

Aprendizagem da Criança com dislexia: Possibilidades e Estratégias de Intervenção

RESTRIÇÕES DE ACESSO AO DOCUMENTO

Documento confidencial: Não Sim, justifique:

Pretendo Publicar em Revista.

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: 29 /03 /2025

O documento está sujeito a registro de patente? Sim Não

O documento pode vir a ser publicado como livro? Sim Não

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O(a) referido(a) autor(a) declara:

• Que o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;

• Que obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autoria, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;

• Que cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Iporá - GO

Local

29 /03 /2023

Data

Sávia Kauara S. A. Peres

Assinatura do autor e/ou detentor dos direitos autorais

Ciente e de acordo:



Assinatura do(a) orientador(a)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO -



Curso de Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica na Modalidade a Distância

Anexo II

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CURSO

Ao (s) 21 dia (s) do mês de maio de dois mil e vinte e dois, às 18 horas e 03 minutos, reuniu-se a banca examinadora composta pelos docentes: Weslene Freitas Mendonça (orientadora), Leonardo Carlos de Andrade (membro), Lucimar dos Reis Duarte Martins (membro), para examinar o trabalho de curso intitulado “**APRENDIZAGEM DA CRIANÇA COM DISLEXIA: POSSIBILIDADES E ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO**” do (a) estudante SÁVIA KAUARA SOUZA ATAÍDES PERES, matrícula nº 2018205221350443 do curso de licenciatura em pedagogia e educação profissional e tecnológica na modalidade a distância. A palavra foi concedida ao (a) estudante para a apresentação oral do TCC III, houve arguição do (a) candidato pelos membros da banca examinadora. Após tal etapa, a banca examinadora decidiu pela APROVAÇÃO do (a) estudante. Ao final da sessão pública de defesa foi lavrada a presente ata que segue assinada pelos membros da banca examinadora.

Orientador/Presidente da Banca

Leonardo Carlos de Andrade /Membro

Lucimar dos Reis Duarte Martins /Membro

Sávnia Kauara Souza Ataídes Peres /Acadêmica

APRENDIZAGEM DA CRIANÇA COM DISLEXIA: POSSIBILIDADES E ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO

Sávia Kauara Souza Ataídes Peres¹
Weslene Freitas Mendonça²

RESUMO

A dislexia compreende um tipo de transtorno que leva à uma série de dificuldades de aprendizagem, principalmente às relacionadas à aquisição de leitura e escrita. O sujeito disléxico apresenta uma série de características que vão desde incompreensão de leitura, até a decodificação e entendimento de enunciados. A dislexia não é uma doença e os indivíduos disléxicos irão conviver com esse transtorno a vida toda. Mesmo não tendo cura, é possível aos disléxicos desenvolver várias potencialidades, não podendo sua aprendizagem ser restringida somente às dificuldades. Diante disso, é que o presente estudo se voltou para a dislexia, visando resposta sobre quais as estratégias podem ser utilizadas pelos docentes, de forma que o conhecimento seja adquirido. Não obstante, o objetivo central do estudo esteve em conhecer os fatores que dificultam o aprendizado da criança com dislexia e as estratégias de ensino que os profissionais da educação utilizam para conduzir o aprendizado. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, baseada em estudos científicos contidos em sites de busca acadêmica e repositórios institucionais. Dentre os autores utilizados, é possível citar Pennington (1997), Moura (2013) e Carvalho, Santos e Nogueira (2016). Dentre os resultados obtidos, denotamos a importância do diagnóstico precoce da dislexia, para que o professor possa efetivar um trabalho individualizado voltado para a aprendizagem da criança disléxica.

Palavras-chave: Dislexia. Aprendizagem. Leitura. Diagnóstico.

ABSTRACT

Dyslexia comprises a type of disorder that leads to a series of learning difficulties, mainly those related to the acquisition of reading and writing. The dyslexic subject presents a series of characteristics that range from incomprehension of reading, to the decoding and understanding of utterances. Dyslexia is not a disease and dyslexic individuals will live with this disorder for their entire lives. Even though there is no cure, it is possible for dyslexics to develop several potentialities, and their learning cannot be restricted only to difficulties. In view of this, the present study turned to dyslexia, aiming to answer what strategies can be used by teachers, so that knowledge is acquired. However, the main objective of the study was to know the factors that hinder the learning of children with dyslexia and the teaching strategies that education professionals use to conduct learning. The methodology used was bibliographical research, based on scientific studies contained in academic search sites and institutional repositories. Among the authors used, it is possible to mention Pennington (1997), Moura (2013) and Carvalho, Santos and Nogueira (2016). Among the results obtained, we denote the importance of an early diagnosis of dyslexia, so that the teacher can carry out an individualized work aimed at the learning of the dyslexic child.

Keywords: Dyslexia. Learning. Reading. Diagnosis.

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia. e-mail: profsaviakauara@gmail.com

² Orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso e Professora Mestre de Educação Física do IF- Goiano Campus Iporá- GO

1. INTRODUÇÃO

A dislexia é entendida como um transtorno neurológico que dificulta a aprendizagem da leitura e da escrita. Ressalta-se que as crianças diagnosticadas com dislexia, não apresentam problemas intelectuais, pois apenas existe uma dificuldade em associar a imagem a um código (letra), em outras palavras usadas por disléxicos “as letras dançam”. Alves *et al* (2011) aponta que o conceito para dislexia mais aceito atualmente é definido como sendo:

[...] um transtorno específico de aquisição e do desenvolvimento da aprendizagem da leitura, caracterizado por um rendimento em leitura inferior ao esperado para a idade e que não se caracteriza como o resultado direto de comprometimento da inteligência geral, lesões neurológicas, problemas visuais ou auditivos, distúrbios emocionais ou escolarização inadequada. (ALVES *et al*, 2011, p.30).

Segundo Muszkat e Rizzutti, a dislexia se refere à “dificuldade de aquisição de leitura apesar de inteligência normal e oportunidade adequada” (MUSZKAT; RIZZUTTI, 2012, p.13). O conhecimento sobre o que é a dislexia e suas causas proporciona aos professores e demais profissionais que atuam com crianças disléxicas, ferramentas e estratégias que garantem melhor qualidade no ensino aprendizagem. Além disso, a legislação garante a inclusão de sujeitos disléxicos, sendo assegurada no artigo 12, inciso V, da Lei 9394/96, o qual dispõe que:

A escola deve prever meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento. Que a avaliação seja contínua e cumulativa, com a prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período (artigo 24, inciso V, a alínea a). Assim este artigo tem como principais enfoques tais como: 1) O que é dislexia; 2) Diagnósticos e Causas da dislexia; 3) Como interagir com o disléxico em sala de aula; 4) A importância e a necessidade do preparo do profissional da educação formal para o enfrentamento efetivo e eficiente nos casos de Dislexia. (BRASIL, 1996, p. 6).

Muitos profissionais, por falta de conhecimento sobre a dislexia ou de uma maior atenção voltada para o não rendimento esperado de determinados sujeitos se equivocam e veem alunos que são disléxicos como desinteressados, preguiçosos, indisciplinados. Esses são alguns rótulos voltados a alunos que ainda não possuem diagnósticos de dislexia e esse foi um grande fator para discorrer o assunto para futuros profissionais atuantes na educação e para os que já atuam (VERAS, 2012).

Compreende-se que com as intervenções necessárias é possível, não apenas evitar as situações configuradas pelo não entendimento do que seja a dislexia, mas orientar e esclarecer instituições, docentes, famílias e sociedade. Para tanto, são apresentadas alternativas e

estratégias de amparo e acolhimento aos alunos com dislexia. De acordo com Veras (2012) é possível direcionar estratégias eficazes para que a comunidade escolar se prepare para amenizar os impactos que a dislexia impõe à aprendizagem. Acolher as crianças disléxicas e garantir o ensino de qualidade, além de buscar meios para que não ocorra a evasão desses alunos.

Diante do exposto, a presente pesquisa buscou responder ao seguinte problema: Quais são os fatores que tardam o desenvolvimento intelectual de crianças com a dislexia e as possíveis estratégias que podem ser usadas por profissionais pedagogos para promover o auxílio na aquisição de conhecimento e diminuição dos impactos causados pelo transtorno? Assim, considera-se como hipótese o fato de que ao ofertar orientação clara e objetiva aos docentes, sobre o que é a dislexia e como esse transtorno afeta a aprendizagem, será possível a adoção de estratégias capazes de melhorar o desenvolvimento das potencialidades da criança.

Ressalta-se que o objetivo geral do estudo foi conhecer os fatores que dificultam o aprendizado da criança com dislexia e as estratégias de ensino que os profissionais da educação utilizam para conduzir o aprendizado. Além disso, os objetivos específicos são: entender como a dislexia influencia a aprendizagem das crianças; discorrer sobre as metodologias que podem ser adotadas na aprendizagem de crianças disléxicas.

Compreende-se que seja significativa a oferta de um ensino igualitário e eficaz objetiva se uma abordagem que venha favorecer e desenvolver nos professores conhecimentos e métodos de atuação, de modo a garantir o aprendizado a todo o alunado, sem exceção aos que são portadores de transtornos da aprendizagem, como a dislexia (MASSI, 2007).

Na materialização do estudo, optou-se pela pesquisa bibliográfica cuja fundamentação ocorreu a partir dos textos científicos, tais como livros, artigos, dissertações, teses publicadas em sites de buscas, como o Google Acadêmico, bem como em repositórios, tais como o SciELO e Lilacs. Para obter os resultados, a presente pesquisa pode ser considerada como uma ferramenta a ser usada em prol da aquisição de conhecimento e preparação de profissionais, no sentido de organizar a atuação pedagógica com a premissa de favorecer a aprendizagem de sujeitos disléxicos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Educação Inclusiva

Segundo Zanfelicci (2008), há mais ou menos 400 anos, a sociedade ainda era predominantemente agrícola, baseada em uma cultura rudimentar. No entanto, o Brasil somente perdeu parte dessa característica há 80 anos. Nesse período, somente 2% da população era escolarizada e o ensino regular constituía-se por ações ainda muito simples, pois a escola não era a única instituição educadora. Assim, naquele contexto, a educação da pessoa com deficiência não existia e somente foi desenvolvida a partir da insistência de poucos grupos interessados. Inicialmente, os deficientes eram ensinados a executar alguns trabalhos manuais, não com o objetivo de uma inserção social, mas para prover a subsistência e retirar do Estado a responsabilidade em relação à dependência desses sujeitos de alguma ajuda estatal.

Há que se destacar que a deficiência e seu conceito se pautavam no discurso médico, o qual foi amplamente utilizado até meados da década de 1930. A partir dos estudos psicológicos, pedagógicos e biológicos, a forma de tratamento destinada às pessoas com deficiência foi sendo modificada, embora a segregação e exclusão não tenham sido totalmente superados ao longo do tempo. Quando a vertente médica ainda predominava, o contexto histórico se voltava para a instituição de asilos, classes pedagógicas anexadas a hospitais psiquiátricos, dimensionando o ensino especial, que mais tarde se materializou nas classes anexadas às salas de aula ou em escolas para alunos descritos como especiais (ZANFELICI, 2008).

Bragança e Oliveira (2005), em estudo sobre os significados e a realidade da educação inclusiva, reforçam que ela é definida a partir da ideia de possibilitar a todos a participação em nível de igualdade das oportunidades que se constroem na escola, mediante as potencialidades individuais.

O modelo de educação inclusiva parte do pressuposto de que todas os indivíduos precisam ser respeitados pela sua dimensão humana, não se levando em consideração o gênero, a idade, a etnia, opção sexual ou mesmo as deficiências. Bragança e Oliveira (2005) destacam que a sociedade brasileira é formada por diferentes segmentos, sendo essencial que a inclusão faça parte da história dos grupos sociais. Isso significa valorizar a diversidade e as

experiências resultantes dela. Nesse sentido, ressalta-se que a educação inclusiva somente se materializa a partir do reconhecimento do potencial que toda pessoa agrega, além de viabilizar a conquista da autonomia e cidadania.

Segundo a professora Mrech (1999), a educação inclusiva foi ampliada nos Estados Unidos, em 1975, por meio da Lei 94.142. Na década de 1990, o Brasil passou tornar mais evidente as discussões sobre a inclusão escolar, embora o assunto ainda resultasse em diversas controvérsias, principalmente no discurso de profissionais que defendiam a inclusão escolar como desdobramento das políticas de inclusão social e de outros que, ao contrário, interpretavam a inclusão apenas como inserção dos sujeitos com deficiência em uma sala de aula de ensino regular.

De acordo com Monteiro (2004) a inclusão nada mais é do que a garantia dos direitos fundamentais da pessoa humana, sendo a educação um desses. Nesse sentido, o autor reforça a necessidade de basear os processos educativos inclusivos no cuidado com a dignidade humana, além da busca pela identidade e cidadania. Por sua vez, Macedo (2005) reflete acerca dos princípios da educação inclusiva, pontuando a necessidade de indagações sobre seu funcionamento, abandonando a lógica da exclusão em prol da inclusão.

Monteiro (2004) destaca que a educação inclusiva é aquela capaz de garantir, não apenas recursos, mas serviços educacionais capazes de se organizar institucionalmente de modo que seja possível consolidar o apoio, tanto complementar, quanto suplementar, ou mesmo, ressignificar os serviços educacionais comuns, para que as diferenças e diversidades humanas sejam atendidas.

Menezes (2001), relata que a educação inclusiva recebeu endosso, a partir da Conferência Mundial de Salamanca sobre Educação para Necessidades Especiais, evento ocorrido em Salamanca, na Espanha, no ano de 1994, e que teve por objetivo estabelecer diretrizes básicas para a formulação e desenvolvimento de reformas de políticas e sistemas educacionais que estivessem de acordo com o movimento de inclusão social.

A Declaração de Salamanca é descrita como um marco na documentação acerca da educação especial, pois apresenta a necessidade de transformar o ensino regular em *lócus* da educação inclusiva. Nesse sentido, conforme o documento, a sociedade inclusiva tornou-se uma emergência socioeducativa e não mais seria possível se aceitar que os indivíduos com deficiência ficassem separados em salas de aulas, sem o contato com outras pessoas. A educação inclusiva seria, portanto, o meio mais eficaz de combate às atitudes pautadas na

discriminação, voltando-se para uma sociedade realmente inclusiva, cujo propósito se baseia nos princípios da educação para todos (UNESCO, 1994).

O desenvolvimento da educação inclusiva parte de muitos contextos e nesses, os sistemas educativos precisaram ser redimensionados, para que as respostas às crianças com deficiência pudessem ser positivas, o mesmo ocorrendo com as que apresentam dificuldades ou necessidades especiais de aprendizagem.

Nesse sentido, compreende-se que a educação inclusiva foi um processo, mais do que um modelo educativo, no qual buscou-se a complementação ao ensino regular. No entanto, por uma interpretação errônea sobre o que deveria ser uma educação inclusiva, no início de sua implantação houve a criação e difusão de escolas especiais, as quais se constituíam separadamente das instituições de ensino regular. Ademais, essas escolas, normalmente mantidas por grupos religiosos ou filantrópicos, passaram a compor um sistema escolar paralelo, distanciando das premissas que sustentaram legislativamente a educação inclusiva (MONTEIRO, 2004).

2.2. Entendendo o que é Dislexia

De acordo com a Associação Internacional de Dislexia (IDA), a dislexia é entendida como um transtorno específico de aprendizagem que tem origem neurológica, caracterizada por dificuldades no reconhecimento preciso e / ou fluente da palavra, na capacidade de decodificação e em soletração. Essas dificuldades normalmente resultam de um déficit no componente fonológico da linguagem e são inesperadas em relação à idade e outras habilidades cognitivas (FRANK, 2020).

Podemos entender que transtornos específicos de aprendizagem não significa a falta de inteligência, problemas sensoriais ou a educação inadequada, e sim são especificidades. Assim sendo a criança tem sim capacidade de raciocínio, no entanto com uma dificuldade específica. A dislexia em especial trata-se da dificuldade na leitura, das letras e seus sons, geralmente resulta na dificuldade de linguagem (MASSI, 2007).

De acordo com Massi (2007), é importante destacar que a dislexia não é um problema que se dissolve com o tempo e que só é amenizada com tratamentos apropriados. Assim sendo o profissional/ professor que irá trabalhar com crianças disléxicas precisam ser capacitados e ter conhecimento a respeito do assunto.

Nesse sentido, concorda-se com Rodrigues e Ciasca (2016, p.87), ao afirmarem no trabalho com a criança disléxica, o docente “deixa de ser mero expectador e passa a ser sujeito atuante, não só no processo de identificação e diagnóstico da dislexia, mas também na sua intervenção, que será necessária durante todo o processo de escolarização formal do indivíduo”.

De acordo com o que Carvalhais e Silva (2007) apresentam “[...] as dificuldades de leitura e escrita seriam resultado de problemas ao nível da discriminação visual, dos movimentos oculares e da memória visual” (p.22). Ao longo do tempo, alguns estudos sobre o tema dislexia, a ligou à dificuldade de processamento visual (BRONNER, 1917; ORTON, 1937 apud CARVALHAIS; SILVA, 2007).

2.3 Causas e diagnóstico da dislexia

A definição do conceito de dislexia talvez seja um dos aspectos mais controversos da área. São tantas as nomenclaturas propostas e descrições das características das crianças, que fica difícil saber quando nos referimos à mesma síndrome e quando tratamos de quadros diferentes.

Segundo os critérios do DSM-IV-TR (2002), o transtorno da leitura (dislexia) consiste em rendimento em leitura substancialmente inferior ao esperado para a idade cronológica, inteligência e escolaridade do indivíduo. De acordo com Nunes, Buarque e Bryant (2001), crianças com dislexia de desenvolvimento apresentam dificuldades na aprendizagem da leitura e escrita consideradas muito maiores do que se esperaria a partir do seu nível intelectual.

De acordo com Pennington (1997), as características comuns em disléxicos na leitura e escrita está nas trocas de letras, na escrita inverter sílabas ou pular, falta de associação de letras e sons, confusão de palavras com sons parecidos, dificuldade em lateralidade e na concentração para os estudos.

Conforme citado por Moura (2013), a dislexia pode ser identificada por muitos sinais, dentre eles, a dificuldade no reconhecimento de fonemas. Os disléxicos também não conseguem distinguir as palavras em uma lista e quando precisam ler um texto, expressam muita dificuldade. Não obstante, no processo de aquisição de leitura e escrita, a criança com dislexia apresenta:

[...] a pronúncia arritmica, sincopada, silabada com entoação inadequada; palavras mal agrupadas com cortes e pontuação não respeitada; interpretação prejudicada ou impossibilitada; síntese e análise prejudicada ou impossibilitada; resumos ou relatos dificultados (FONSECA, 2011, p. 36).

O conhecimento e a identificação de transtorno de alunos disléxicos é um facilitador no aprendizado. Um olhar atento dos professores em sala de aula é capaz de promover melhorias que se perduram por toda a vida estudantil, garantindo oportunidades no mercado de trabalho (TAVARES, 2008).

É importante destacar que a dislexia não é uma patologia e sim uma espécie de disfunção cerebral, a qual ocorre, principalmente, na área responsável pelo processamento da linguagem. Em seu diagnóstico, são considerados os exames por imagem e isso ocorre porque algumas pesquisas comprovaram que os sujeitos disléxicos processam as informações de forma diferenciada. Por mais dificuldades que apresentem na área da linguagem, é inegável o potencial que o disléxico possui para aprender, desde que sejam trabalhadas metodologias diferenciadas (CARVALHO; SANTOS; NOGUEIRA, 2016).

A dislexia faz parte dos denominados transtornos da aprendizagem, sendo descrito como um distúrbio de origem congênita. Segundo Carvalho, Santos e Nogueira (2016), esse tipo de transtorno:

[...] acomete crianças com potencial intelectual normal, sem déficits sensoriais, com suposta instrução educacional apropriada, mas que não conseguem adquirir ou desempenhar de maneira satisfatória a habilidade para a leitura e escrita. A dislexia é evidenciada na fase da alfabetização, mesmo que alguns sintomas já estejam presentes em fases anteriores e não apresentem danos motores, déficits cognitivos ou patologias cerebrais. (CARVALHO; SANTOS; NOGUEIRA, 2016, p. 4).

Salienta-se que a criança com dislexia será um adulto disléxico, uma vez que não há cura para o transtorno. Assim, concorda-se com Tavares (2008), ao afirmar que quanto mais cedo for possível identificar os traços de dislexia, maior será a oportunidade de aprender. Nesse sentido, é essencial que o professor esteja atento às dificuldades, sem buscar responsáveis por elas, mas olhando de forma especial para o aluno que não consegue aprender a ler e escrever, mesmo com o uso de outras metodologias.

É válido mencionar que para ter um diagnóstico preciso, é preciso considerar e descartar a ocorrência de deficiências visuais e auditivas, déficit de atenção, escolarização inadequada, problemas emocionais, psicológicos e socioeconômicos. Estes são fatores que podem refletir e interferir no processo de aprendizagem. Por isso a necessidade de um diagnóstico precoce para impedir que sejam atribuídos aos

alunos com dislexia, rótulos que terão reflexos negativos sobre sua autoestima e projeto de vida (TABORDA; SILVA, p.52, 2021).

Apesar de instrução convencional adequada, inteligência e oportunidade sociocultural e sem distúrbios cognitivos fundamentais, a criança falha no processo da aquisição da linguagem. Ou seja, ela independe de causas intelectuais, emocionais ou culturais, mas podem dar origem a outros transtornos e, principalmente, causar evasão escolar e baixa autoestima (FONSECA, 2011).

2.4 Aprendizagem da criança

As indagações sobre a aprendizagem existem há muito tempo, mas os estudos voltados para esse fenômeno remontam ao limiar do século XX, a partir do surgimento de teorias que buscavam explicações para o funcionamento do cérebro e sua relação com o ato de aprender. Com a continuidade das pesquisas e estudos relativos ao aprender, ao longo do século XX, foi possível compreender que havia um fenômeno responsável pela apreensão de hábitos e comportamentos, a aprendizagem. A partir de tais constatações, deu-se o nome de aprendizagem a todo processo de aquisição de novos conteúdos relacionados a um sistema ou meio de trocas, realizadas de forma constante. (CUNHA, 2000)

Ferreira, conceitua aprendizagem relacionada ou ato de aprender: “Aprendizado; ato ou efeito de aprender, tomar conhecimento de; reter na memória mediante o estudo, a observação ou a experiência. Tornar-se apto ou capaz de alguma coisa em consequência de estudo.” (FERREIRA, 2006, p.14)

A aprendizagem pode ser considerada como um fenômeno repleto de subjetividade, uma vez que não ocorre da mesma maneira e cada indivíduo aprende de forma diferente. Por outro lado, não é possível compreender como a aprendizagem ocorre sem discorrer sobre o ato de aprender. Piaget (1990) denota que o ato de aprender deve ser visto como uma construção contínua, individual. Nesse sentido, compreende-se a aprendizagem não se restrinja aos aspectos cognitivos, mas que associe também os afetivos e emocionais, bem como os socioculturais. O ato de aprender, para Piaget (1990):

É uma construção contínua, comparável à edificação de um grande prédio que, na medida em que se acrescenta algo, ficará mais sólido, ou à montagem de um mecanismo delicado, cujas fases gradativas de ajustamento conduziram a uma flexibilidade e uma mobilidade das peças tanto maiores quanto mais estável se tornasse o equilíbrio. (PIAGET, 1990, p.12)

É importante compreender que o ato de aprender é o que precede a aprendizagem. Essa, por sua vez é definida como a junção de diversos elementos que estão coligados ao processo de aprender. De acordo com Kohl (2013) os elementos essenciais à aprendizagem são a memória, o interesse, a atenção e a inteligência. Nesse sentido, entende-se que a partir do ato de aprender é que a aprendizagem emerge de suas mais diversas possibilidades. Leva-se em conta a evolução, construção e o conhecimento de mundo de cada pessoa. O ato de aprender, então, deve ser visto como algo indissociável, formando um triângulo com o sujeito e a aprendizagem.

Vygotsky é considerado um metodólogo, pois ao conceituar aprendizagem e consciência, já discute como o processo se dá e aponta caminhos para a realização de uma educação a serviço de valores sociais diferentes daqueles dominantes em sua época e que ainda tanto se fazem presentes ao longo da história humana.

Em relação ao ato de aprender, lembrando que esse antecede a aprendizagem, Vygotsky (2000), assim como outros teóricos da aprendizagem, reforçam que o ato de aprender é individual.

[...] fica claro que cada sujeito aprende a seu modo, do seu jeito, dentro de um ritmo e tempo próprios, que as intervenções internas e/ou externas são motivações, estímulos que produzem no sujeito uma forma muito especial de aprender. A motivação, ao lado do ato de aprender e desse sujeito aprendente vem engajada ao conhecimento, com a presença de um saber adquirido, de um conteúdo dado, o qual deve ser fonte de prazer em si mesmo e do desejo de cada vez mais se aprender. (VYGOTSKY, 2000, p.36)

A aprendizagem é o resultado da apropriação de saberes que, por sua vez, são definidos enquanto processos justificados no próprio sujeito que aprende. Para que ocorra de fato, a aprendizagem deve estar coligada a fatores externos e internos, sendo eles o cognitivo, vínculos, aspectos afetivos e emocionais, cultural, social e interpessoal. Do mesmo modo, a aprendizagem ocorre por meio da interdisciplinaridade, da troca de saberes. Assim, o aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento:

Aprendizado não é desenvolvimento; entretanto, o aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental e põe em movimento vários processos de desenvolvimento que, de outra forma, seriam impossíveis acontecer. Assim, o aprendizado é um aspecto necessário e universal do processo de desenvolvimento das funções psicológicas culturalmente organizadas e especificamente humanas. (VIGOTSKI, 2007, p.103).

Para Ausubel (2006), a aprendizagem é um processo que ocorre quando uma nova informação é inserida, aliando-se a conceitos já construídos a partir das experiências de aprendizagem anteriores. Sendo assim, quando se trata do contexto educativo, a aprendizagem é resultante da junção entre o que o professor media e o que o aluno traz de sua vivência social. Na atualidade muito se fala em aprendizagem significativa e Moreira (2006, p.13) a conceitua como “a aprendizagem significativa é o processo por meio do quais novas informações adquirem significado por interação (não associação) com aspectos relevantes preexistentes na estrutura cognitiva”.

Segundo Moreira (2006), a aprendizagem, definida como processo, ocorre a partir da aquisição de conhecimentos. E não apenas nesse aspecto, aprender une habilidades, valores e atitudes. Na escola isso significa a sistematização de uma série de fatores a partir do estudo, do ensino ou mesmo da experiência. Do mesmo modo, em sala de aula a aprendizagem deve ocorrer de forma gradativa, considerando cada estágio do desenvolvimento da criança. Partindo desse pressuposto, observa-se que ao professor cabe, enquanto mediador, construir as oportunidades nas quais irá se materializar.

Vygotsky (2000) reforça que a aprendizagem decorre de um complexo processo de internalização de conceitos, sendo parte da “reconstrução interna de uma operação externa.”(p.56). Em relação à aprendizagem, o autor menciona que vários níveis de desenvolvimento, sejam reais ou potenciais ocorrem, ressaltando também que ela decorre do plano social para o individual.

A aprendizagem e o desenvolvimento acontecem do plano social para o individual. Nesse processo, os sujeitos mais experientes de uma cultura auxiliam os menos experientes, tornando possível que eles se apropriem das significações culturais. Assim, entende-se que a construção de conhecimentos é uma atividade compartilhada, trazendo implicações importantes para a educação. (VYGOTSKY, 2000, p.46)

Assim, compreende-se que a aprendizagem seja um ato revestido de complexidade, sendo reflexo da interação do sujeito com seus pares e com o meio em que se encontra inserido, sendo assim, torna-se importante que se identifique no ensino infantil os sinais sugestivos de alterações que possam prejudicar a aquisição da leitura e escrita e, nesses casos, se implemente intervenção adequada às alterações encontradas.

2.4.1 A aprendizagem da criança disléxica

De acordo com Cândido (2013), a dislexia é um transtorno da aprendizagem e não tem cura. Isso significa que a criança disléxica será um adulto com as mesmas características. No entanto, isso não significa que ela não possa aprender, pois isso depende da forma seus saberes serão estimulados. Assim, entende-se o processo de aprendizado da criança disléxica também deve perpassar pela motivação e pelo trabalho voltado para sua autoestima (CÂNDIDO, 2013).

Brandão (2015, p. 12), ressalta que “a aprendizagem é um processo mental ativo, tendo em vista, aquisições, por meio das quais a lembrança do conteúdo internalizado e o uso deste conhecimento fazem com que o sujeito possa dominá-lo e manipulá-lo, quando necessário. ”

Os sujeitos disléxicos costumam apresentar dificuldades de aprendizagem, mas isso pode ser superado por meio do desenvolvimento de outras habilidades. Desse modo, eles tanto podem apresentar técnicas próprias para resolver problemas, sejam simples ou complexos e ao mesmo tempo, ter dificuldades em realizar tarefas com menor complexidade (MOURA, 2013).

Vale ressaltar que o professor tem um papel de grande relevância no processo de ensino e aprendizagem dos alunos disléxicos. Além de promover os primeiros passos para o diagnóstico da dislexia, cabe ao docente buscar metodologias capazes de evidenciar o potencial dos estudantes. A aprendizagem da criança disléxica não ocorrerá no mesmo passo dos que não são disléxicos e por isso, é preciso a compreensão de que o ensino tradicional dificilmente conseguirá abarcar todas as possibilidades da construção de saberes (DUARTE, 2018).

2.5 Estratégias para auxiliar o aprendizado na sala de aula

A princípio se faz necessário que os professores enxerguem os alunos disléxicos com normalidade e ter a sensibilidade para transmitir mais que conhecimentos teóricos e levar em conta que a maioria desses alunos carregam consigo traumas. Desse modo trate com naturalidade pois ele é como os demais alunos, apenas disléxico (TABORDA; SILVA, 2021).

Carvalho, Santos e Nogueira (2016) discorrem que algumas orientações se fazem necessárias para que o professor deste aluno esteja melhor preparado para lidar diariamente

em sala de aula, tais como: Usar uma linguagem direta, clara e objetiva ao falar com este aluno (muitos alunos têm dificuldades de assimilar palavras muito simbólicas, que contenham metáforas) assim use frases curtas e concisas ao passar instruções a eles.

No entanto, antes do trabalho mais efetivo com a criança disléxica é preciso que o professor seja capaz de observar cuidadosamente se as dificuldades de leitura e escrita persistem, abordar de forma diferenciada, sem fazer juízo de valor e o principal, ressaltar a importância de ajuda especializada. Desse modo, entendemos que nem todas as dificuldades de aprendizagem relativas à leitura e à escrita são dislexia. Devido a isso é importante que o professor tenha ajuda especializada na observação das dificuldades (CARVALHO; SANTOS; NOGUEIRA, 2016).

Taborda e Silva (2021) destacam que a análise multidisciplinar é essencial, sendo realizada por uma equipe multiprofissional, formada por profissionais da saúde e do atendimento psicopedagógico. O objetivo é que, por meio de vários testes, seja possível chegar a um resultado mais preciso sobre a dislexia e indicar ao docente qual a melhor forma de trabalhar com o aluno disléxico.

Mousinho et al (2015) discorrem que o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita precisam ser inseridas no planejamento de forma individualizada. Isso significa que para o aluno com dislexia devem ser pensadas em estratégias capazes de motivar ao mesmo tempo que trabalha as potencialidades. A aprendizagem da leitura e escrita não é uma tarefa fácil e no caso do disléxico é essencial que novos recursos sejam inseridos no processo.

Ressalta-se que ao ser amparado por um diagnóstico de dislexia o professor passar a ter condições de pensar em estratégias capazes de mudar a forma como as atividades são direcionadas ao sujeito com dislexia. Isso significa utilizar os meios disponíveis, como por exemplo, os recursos tecnológicos (MOUSINHO, et al., 2015).

Para uma melhor comunicação falar olhando direto para o aluno, fortalece o vínculo, possibilitando o acompanhamento e o diálogo. Trazer os mesmo para próximo da lousa e de sua mesa de trabalho, atente-se se o aluno está entendendo suas orientações e explicações quanto a disciplina ministrada, verificando continuamente e discretamente. Por fim dê exemplos e repita a proposta das atividades quantas vezes for necessário (TABORDA; SILVA, 2021).

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

A revisão bibliográfica é uma avaliação detalhada da produção científica sobre determinada área temática produzindo um relatório com uma visão geral, e maior ênfase em artigos e ideias específica, como Nunes, Buarque e Bryant (2001),

Para construção do referencial teórico do presente estudo foi desenvolvida uma revisão bibliográfica descritiva de artigos contidos nas bases de dados online (Google acadêmico Lilacs, PubMed e Scielo). Os artigos pesquisados foram selecionados de acordo com o tema, as palavras chaves utilizadas foram: Dislexia, Dificuldade de aprendizagem, Transtornos de aprendizagem, discalculia e inclusão escolar.

O estudo também foi embasado em autores que discorrem sobre o tema abordado, como: Pennington (1997), Simões (2014). Para a construção do referencial teórico do presente estudo foi desenvolvida uma revisão bibliográfica descritiva de artigos contidos nas bases de dados online (Google acadêmico Lilacs, PubMed e Scielo).

Os artigos pesquisados foram selecionados de acordo com o tema, as palavras chaves utilizadas foram: Dificuldade de aprendizagem, transtorno de aprendizagem, capacidades de aprendizagem, dislexia e discalculia. Visto a enorme necessidade de aprofundamento neste tema por parte das instituições de ensino e em foco aos profissionais que nela atuam, para que seja possível lidar melhor com alunos que apresentam essa patologia, e dar a estes suportes para o bom desenvolvimento intelectual.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Sobre a dislexia, Simões (2014) ressalta que esse transtorno pode ser diagnosticado a partir da avaliação do desempenho escolar da criança. Claro que nem todas os alunos que apresentam alguma dificuldade de aprendizagem serão disléxicos, mas esse aspecto é uma característica comum a eles. Além disso, é no processo de aquisição da leitura e escrita que os problemas costumam ser detectados, principalmente quando se observa que em vez de ler, tenta adivinhar qual é a palavra (CRUZ, 2019).

A literatura apresenta que a detecção clínica da dislexia ocorre por meio de exames capazes de detectar as alterações químicas no cérebro, bem como na audição e visão. Nesse sentido, de acordo com Cruz (2019):

O diagnóstico da dislexia é clínico neurológico, psicopedagógico e fonoaudiológico, mas também pode necessitar, para uma maior identificação, de exames complementares. Entre esses exames estão os estudos neurofisiológicos como o eletroencefalograma, os exames potenciais evocados de longa latência auditivos e visuais, e os testes psicológicos que contemplem os aspectos cognitivos e afetivos. (CRUZ, 2019, p. 89).

Por sua vez, Simões (2014) ressalta que o cérebro de um indivíduo disléxico apresenta alterações em três áreas, sendo no hemisfério esquerdo, responsável por desempenhar funções básicas relacionadas à leitura; na região inferior-frontal, cuja função é o desenvolvimento da linguagem oral; e na região parietal-temporal, onde ocorre a análise das palavras. A pessoa disléxica apresenta dificuldades, tanto no processamento, quanto no desenvolvimento da linguagem.

Conforme os estudos realizados por Pimenta (2012), as estratégias de intervenção, voltadas para os sujeitos disléxicos devem ser encaminhadas assim que o diagnóstico for possível. Para tanto, é preciso as dificuldades de aprendizagem sejam identificadas e avaliadas, pois é a partir daí que é possível a comprovação da lacuna entre o potencial e o real da criança disléxica e oportunizar os meios de aprendizagem segundo essa análise.

Para Rodrigues e Ciasca (2016), as intervenções, quando ocorrem logo no início do processo de aquisição de leitura e escrita, ampliam as oportunidades de aprendizagem da criança disléxica. Por outro lado, quando a intervenção não se materializa, observa-se a ampliação das discrepâncias em relação ao desempenho escolar. Diante disso, a literatura recomenda que as primeiras alterações sejam investigadas e no caso do diagnóstico de dislexia, é preciso ofertar ao aluno as intervenções mais adequadas.

Pinto e Matos (2016) evidenciam que as intervenções precisam contemplar o potencial do disléxico, uma vez que as dificuldades são mais perceptíveis ao primeiro olhar pedagógico. Assim, é possível promover situações de aprendizagem a partir de jogos, leituras realizadas de forma compartilhada, bem como outras atividades mais específicas, com o objetivo de desenvolver a escrita, memória e atenção. Os referidos autores destacam que a percepção sobre sua própria capacidade é um ganho excepcional para o disléxico. Nesse sentido, as intervenções pedagógicas também precisam se voltar para a construção da autoestima desses sujeitos.

As evidências encontradas na literatura denotam que a criança disléxica, por apresentar dificuldades de aquisição de leitura e escrita, precisa ser ensinada por meio de metodologias adaptadas e quanto mais cedo as intervenções forem inseridas, menos dificuldades as crianças disléxicas terão (PINTO; MATOS, 2016).

A tecnologia é descrita como um importante auxiliar nas abordagens voltadas para os alunos disléxicos. São diversos softwares de apoio, cujo princípio é trabalhar com fonemas, vocabulário, compreensão e fluência em leitura. Segundo Pinto e Matos (2016):

Das diferentes formas de intervenção existentes, a combinação de treinamento na consciência fonológica com a instrução sistemática da leitura é aparentemente a mais eficiente, mas isso vai depender em grande parte das variações de diferença de cada indivíduo como a idade, os níveis de processamento fonológico, se a criança tem dificuldades correntes de fala e de linguagem, as habilidades visuais e semânticas. (PINTO; MATOS, 2016 p. 635).

Rodrigues e Ciasca (2016) reforçam que as instituições de ensino têm um papel muito relevante quando se trata das intervenções educativas relacionadas aos alunos disléxicos. Ademais, a promoção do desenvolvimento deve partir das singularidades de todos os aprendizes e para que isso ocorra, a sala de aula precisa de atenção. Do mesmo modo, as atividades precisam ser adaptadas, oferecendo alternativas para sua resolução, não pensando em desvalorizar, mas elevar o potencial das crianças disléxicas.

Diante do exposto, entende-se que o professor, bem como os outros profissionais envolvidos no processo educativo precisam buscar conhecimentos capazes de embasar a atuação pedagógica e as intervenções direcionadas às crianças disléxicas. Assim, a formação continuada traz conhecimentos significativos sobre a dislexia, amparando o trabalho do professor com as crianças disléxicas.

Além disso, valendo-se do discurso de Carreira (2016), entende-se que a escola precisa assumir seu importante papel e juntamente com o professor, no trabalho com o sujeito disléxico:

Sugerir-lhe “metodologias”, “dicas”, “alternativas”, “jeitos de fazer”, “associações” que o ajudem a lembrar e a executar atividades ou a resolver problemas, e não o submeter a situações que irá expor sua dificuldade na frente dos colegas, como por exemplo ler em voz alta (CARREIRA, 2016, p. 23).

Compreende-se que seja essencial que o docente seja preparado para o trabalho com os alunos com dislexia, de modo a privilegiar a interação, bem como a inclusão deles no processo educativo. Isso requer uma postura de enfrentamento das dificuldades e respeito às

potencialidades. A literatura não apresenta receitas para o sucesso no trabalho com os alunos disléxicos, mas evidencia que o professor precisa sempre buscar por metodologias capazes de evidenciar o potencial dos sujeitos, respeitando seu tempo para aprender.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As dificuldades de aprendizagem são problemas que desafiam constantemente o ensino, principalmente ao se considerar o quanto elas são responsáveis pela evasão escolar, pois os alunos passam a não acreditar em seu potencial, optando por abandonar seus estudos. Além disso, os transtornos de aprendizagem, os quais são fatores mais preocupantes, pois não possuem cura, precisam de uma atenção especial por parte de toda comunidade escolar.

A dislexia é um dos transtornos de aprendizagem que mais acometem as crianças em fase de alfabetização e o aluno disléxico apresenta, principalmente na fase de aquisição da leitura e escrita, dificuldades no reconhecimento, decodificação e transcrição de letras, números e símbolos. Sendo a linguagem a base do aprendizado, essa dificuldade refletirá, de forma significativa, no processo de leitura e escrita.

O processo de avaliação e diagnóstico das dificuldades específicas de leitura deve ser realizado por equipe interdisciplinar, envolvendo especialidades como neurologia, fonoaudiologia, psicologia, pedagogia ou psicopedagogia, além de considerar a percepção do professor que acompanha intimamente o processo de aprendizagem da criança.

Diante da pesquisa realizada, foi possível compreender que o diagnóstico precoce da dislexia é importante para que a escola possa pensar em formas individualizadas de atendimento ao aluno disléxico e isso somente é possível se o professor tiver o olhar cuidadoso sobre o processo de ensino e aprendizagem, recusando rotular ou simplificar as dificuldades que o aluno apresentar.

A orientação aos pais e professores é parte imprescindível do programa de intervenção. Um conhecimento mais aprofundado sobre as necessidades da criança/adolescente resulta em programas de ensino mais condizentes com suas peculiaridades. Escola, profissionais envolvidos no caso e família devem estar integrados para favorecer o processo de aprendizagem da criança e minimizar seus déficits.

Vale lembrar que o disléxico será assim durante toda a vida, mas isso não impede que suas potencialidades sejam desenvolvidas no processo de escolarização. Nesse sentido, é

importante que o professor, desde a alfabetização, se utilize de boas estratégias, compreendendo que somente o olhar diferenciado e sensível poderá resultar em êxito e assim, diminuir problemas tais como a evasão escolar.

REFERÊNCIAS

ALVES, L. M. et al. **Introdução à dislexia do desenvolvimento**. In. Alves. L. M.; MOUSINHO, R.; CAPELLINI, S. (Org). Dislexia: novos temas, novas perspectivas. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011. P. 21-40. Acesso em 13 março 2022.

AUSUBEL, D. P. **A aprendizagem significativa**: a teoria de David Ausubel. São Paulo: Moraes, 2006.

BRAGANÇA, Maria das Graças Viana; OLIVEIRA, Zélia Maria Freire de. **Educação inclusiva: significado e realidade**. Linhas Críticas, Brasília, v. 11, n. 21, p. 217-227, jul./dez. 2005.

BRASIL. **LDBE** - Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acessado em 11 março 2022.

BRANDÃO, L. P. M. **Dislexia**: Características e Intervenções. Especialização em Educação Especial e Inclusiva. Universidade Cândido Mendes. Rio de Janeiro: RJ. 2015.

CÂNDIDO, E. C. **Psicopedagogia para a dislexia nas séries iniciais do ensino fundamental**. Especialização em Psicopedagogia. Universidade Cândido Mendes. Rio de Janeiro: RJ. 2013.

CARREIRA, F. K. N. **Reflexões sobre dislexia e o papel do professor**. (Trabalho Monográfico em Educação). Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense- UFF, 2016.

CARVALHAIS, Lénia Sofia de Almeida; SILVA, Carlos. **Consequências sociais e emocionais da Dislexia de desenvolvimento: um estudo de caso**. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE) • Volume 11 Número 1 Janeiro/Junho 2007 • 21-29.

CARVALHO, G.M.F; SANTOS, G; NOGUEIRA, V.S.S. **Dislexia**: análise de distúrbio de aprendizagem em uma criança. 2016. Disponível em <https://portal.fslf.edu.br/wp-content/uploads/2016/12/Dislexia_analise_de_disturbio_da_aprendizagem_de_uma_crian.pdf> Acesso em: 14 de outubro de 2022.

CRUZ, T.F.C. Dislexia e a dificuldade na aprendizagem: identificação e possibilidades de intervenção. **Rev. Mythos**, v.12, nº 2, 2019.

CUNHA, M. V. **Psicologia da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

DUARTE, S. M. **Os impactos do modelo tradicional de ensino na transposição didática e no fracasso escolar**. Dissertação (mestre em educação) - Docência e Gestão da Educação, Universidade Fernando Pessoa, Porto, p. 135. 2018.

DSM-IV-TR. (2002). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. Porto Alegre: Artes Médicas.

FERREIRA, W. B. **Inclusão x exclusão no Brasil: reflexões sobre a formação docente dez anos após Salamanca**. In: RODRIGUES, D. (org.) *Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva*. São Paulo: Summus, 2006.

FONSECA, R. M. R. M. **O desenvolvimento da competência linguística na Dislexia**. Especialização em Psicopedagogia Institucional. Universidade Cândido Mendes. Rio de Janeiro: RJ. 2011. Disponível em: http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/G200735.pdf. Acesso em 14 de outubro de 2022.

FRANK, R. **A vida secreta da criança com Dislexia: como elas pensam, como elas sentem, como podem ser bem-sucedidas**. São Paulo: M Books do Brasil, 2020.

KOHL, M. **Vygotsky: Aprendizado e desenvolvimento. Um processo sócio-histórico**. São Paulo: Scipione, 2013.

MACEDO, L. de. **Ensaio Pedagógico: Como construir uma escola para todos?** Porto Alegre: Artmed Editora, 2005.

MASSI, G. **A Dislexia em questão**. São Paulo: Plexus Editora, 2007.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. **Verbete Declaração de Salamanca. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <<https://www.educabrasil.com.br/declaracao-de-salamanca/>>. Acesso em 28 mar 2023.

MRECH, Leny Magalhães. **O que é educação inclusiva?** Trabalho apresentado no evento do Lide. Seminário Educação Inclusiva: Realidade ou Utopia?, em 5 de maio de 1999, no auditório da Faculdade de Educação da USP. Disponível em: http://www.inclusao.com.br/index_.htm. Acesso em 18 de Novembro de 2022.

MONTEIRO, Mariângela da Silva. **Resinificando a educação: a educação inclusiva para seres humanos especiais**. 2004. Disponível em: www.educacaoonline.pro.br. Acesso em: 20 de dezembro de 2022..

MOREIRA, M. A. **A teoria da aprendizagem significativa e sua implementação em sala de aula**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

MOURA, S. P. P. T. **A dislexia e os desafios pedagógicos**. Especialização em Orientação Educacional e Pedagógica. Universidade Cândido Mendes. Niterói: RJ. 2013. Disponível em: http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/N205864.pdf. Acesso em 14 de outubro de 2022.

MOUSINHO, R. et al. **Dislexia: novos temas, novas perspectivas**. Volume III. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015.

MUSZKAT, M.; RIZZUTTI, S. **O professor e a dislexia**. São Paulo: Cortez, 2012

NUNES, T.; BUARQUE, L.; BRYANT, P. (2001). **Dificuldades na aprendizagem da leitura: teoria e prática**. São Paulo: Cortez.

PENNINGTON, B.F. (1997). **Diagnóstico de distúrbios de aprendizagem: um referencial neuropsicológico**. São Paulo: Pioneira.

PIAGET, J. **Seis estudos de Psicologia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária Ltda, 1990.

PIMENTA, D. Dislexia: um estudo sobre a percepção de professores do ensino fundamental. **Anais do V Seminário Nacional de Educação Especial**. Uberlândia, 2012.

PINTO, A. C.; MATOS, M. **A Dislexia na Educação: Intervenção Psicopedagógica**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, v. 09, n. 01, 2016.

RODRIGUES, S. D.; CIASCA, S. M. Dislexia na escola: identificação e possibilidades de intervenção. **Rev. psicopedag.**, São Paulo , v. 33, n. 100, p. 86-97, 2016 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862016000100010&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 16 out. 2022.

SIMÕES, M. **Dislexia: dificuldades de leitura e escrita**. Dissertação. Universidade Estadual da Paraíba. Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares. Monteiro, 2014.

TABORDA, R.B.S; SILVA, F.J.A. Dislexia no contexto educacional. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**. São Paulo, v.7.n.4.abr.2021. Disponível em <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/979/462> Acesso em 14 de outubro de 2022.

TAVARES, H. V. **Apoio pedagógico às crianças com necessidades educacionais especiais: dislexia e TDAH**. Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-graduação em Distúrbios da Aprendizagem pela Faculdade de Medicina do ABC. São Paulo, 2008.

UNESCO. Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE). **Declaração de Salamanca de princípios, política e prática para as necessidades educacionais especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

VERAS, F. C. **A dislexia e a linguagem com foco na leitura e produção textual**. 49 f. Universidade de Brasília, 2012.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

VIGOTSKI, Lev S. **A formação social da mente**. 7.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ZANFELICI, Tatiane Oliveira. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**- Educar, Curitiba,n.32,p.253-256,2008.